



**PROGRAMA DE GOVERNO
ELEIÇÕES 2018**

COLIGAÇÃO: Com o povo pra avançar!

PSB – PT

2018

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	Pag. 03
BREVE HISTORICO E CONTEXTO POLÍTICO DO AMAPÁ	Pag. 04
A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA	Pag. 08
PRINCIPIOS E VALORES	Pag. 08
EIXOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ	Pag. 09
– Eixo 1: Gestão Moderna para o Desenvolvimento do Amapá	Pag. 09
– Eixo 2: Economia para o Desenvolvimento do Amapá	Pag. 12
– Eixo 3: Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento do Amapá	Pag. 15
– Eixo 4: Infraestrutura para o Desenvolvimento do Amapá	Pag. 18
– Eixo 5: Defesa Social para o Desenvolvimento do Amapá	Pag. 23
– Eixo 6: Desenvolvimento Social para o Amapá	Pag. 25

APRESENTAÇÃO

Acredito na política enquanto caminho para que a própria população estabeleça as condições para ter a sonhada qualidade de vida que lhes foi negada. Assim alcançaremos a desejada mudança social, com o fortalecimento da democracia popular, a promoção da justiça social e o bem-estar geral da sociedade. Na última década me dediquei às atividades parlamentares no Congresso Nacional, uma posição que possibilitou enxergar com maior clareza as transformações provocadas pelos modelos políticos nacional e local. Entendo que a inovação, o combate à corrupção e gestão responsável, são algumas das características necessárias ao gestor público, mas percebo que isso nem sempre é suficiente, quando o maior esforço é manter a governabilidade, particularmente no Amapá onde cunharam a “harmonia dos poderes”, em que prevalecem os interesses corporativos.

Na trajetória pessoal e política, amadureci algumas propostas para materializar essa participação popular qualificada, como a execução descentralizada e direta de uma parcela dos recursos públicos. Por outro lado, entendo a necessidade do conhecimento pela população sobre como esse enorme volume de dinheiro passa nas mãos dos gestores, daí a Lei da Transparência. A evolução natural para o acompanhamento durante o uso, viabilizada pelos recursos tecnológicos atuais, nos levou a conceber a Gestão Compartilhada. Sua adoção oficial representará um enorme avanço nos mecanismos de controle social ao alcance do cidadão, objetivo que persigo pelo mandato no Senado Federal.

O Amapá vive hoje um caos administrativo, servidores recebem salários parcelados, benefícios sociais deixaram de ser pagos, levando aqueles que mais precisam à extrema pobreza, nas escolas falta merenda e segurança para a comunidade escolar. O estado ostenta níveis vergonhosos de qualidade de vida, com graves problemas nas áreas da saúde e segurança pública. Depois de dois mandatos governamentais com significativas realizações, estava com sentimento de dever cumprido, mas não consegui ficar pairando acima dessa triste realidade e tive de repensar meus próprios rumos. Fui tocado em minha sensibilidade e compromisso com a sociedade, e resolvi atender ao clamor popular para me candidatar ao presente pleito pela chefia do governo do Estado do Amapá.

Percebi essa vontade manifestada em diversas consultas e reuniões com os moradores de vários municípios, nessas ocasiões a população tinha a oportunidade de denunciar o caos e o abandono do Estado, e questionaram sobre a nossa volta ao governo. Coloquei a todos que assumir esse desafio depende fundamentalmente da participação do povo, desde a formulação das propostas de governo até a condução da gestão estadual. E assim o PSB Amapá, em coligação com o PT criou uma candidatura sem grandes caciques políticos e dependência de grupos econômicos, mas confiantes de que a vontade do povo faz a diferença para a vitória. Com este propósito é que apresentamos o presente Programa de Governo para a eleição majoritária de 2018, com o povo pra avançar!

João Alberto Rodrigues Capiberibe

BREVE HISTORICO E CONTEXTO POLÍTICO DO AMAPÁ

O Estado do Amapá é herdeiro de um passado colonialista clássico no Platô do Guianas, quando a repartição dos espaços pelas potencias ultramarinas europeias fatiou essa região da Amazônia em domínios que asseguravam suas bases. Naquele regime de exploração seus aventureiros abasteciam a metrópole com os produtos extraídos de forma predatória, sem beneficiamento nem inclusão social, principalmente com as chamadas “drogas do sertão”. Os eventos da Republica do Cunani (1881), seguido da Revolta do Contestado Franco Brasileiro (1895) e a definição de posse brasileira pelo Laudo Suíço (1900) apenas afirmaram que a exclusividade dessa exploração estava sob o domínio da recém constituída República Federativa do Brasil.

O período histórico que se seguiu daí até a criação do ainda hoje comemorado Território Federal do Amapá em 1943, manteve o predomínio da extração de ouro, madeira e caça. Com uma população bastante reduzida, a exploração da população na colheita da castanha pelo coronelismo em regime de semiescavidão, através do sistema de “aviamento”, é uma lembrança vergonhosa desse modelo.

A criação do Território Federal sob o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939/1945), sucedida pela Guerra Fria nas décadas de 50 a 80, combinado com o período de Ditadura Militar (1964/1985) notabilizou o Amapá pela extração em escala industrial de seus recursos naturais. Implantaram os “enclaves”, onde áreas extensas foram cedidas a empreendimentos de capital norte americano. Estes projetos gigantescos iniciaram com a extração de minérios estratégicos como o Manganês pela Icomi, que posteriormente diversificou suas atividades exploratórias se apropriando de mais espaços e recursos, com a Brumasa, Codepa e a Amcel. Seguindo essa lógica outro projeto se instalou no vale do Rio Jari a holding Jari Florestal e Agropecuária Ltda., promovendo a substituição da floresta pelo agronegócio no regime de “plantation”, mantendo ainda o sistema de aviamento para explorar os castanheiros.

Esses fenômenos colonialistas nunca foram inclusivos, apenas de forma marginal e por conta da utilidade da mão de obra subvalorizada e do saber local, ocorreu pequena incorporação dos nativos aos empreendimentos. A percepção para a sociedade local sempre foi de não pertencimento ao progresso que se apresentava, na prática o restante da população se manteve de negócios e atividades com pouca tecnologia, praticando extração de produtos da floresta, inclusive mineral (garimpo), e agricultura de subsistência. Nas cidades, principalmente na capital Macapá onde haviam oportunidades para o ensino público, se constituiu um quadro de servidores públicos nos escalões inferiores da gestão.

Mas a afirmação da existência e autoridade do Estado frente ao capital era exigência política interna e externa, e se fez amparada em relações paternalistas, do coronelismo evoluindo para o clientelismo em diversas escalas. Os sentimentos de exclusão das visíveis gerações de riquezas nos enclaves, bem como do contexto de dominação pelo governo central através de autoridades militares, propiciaram o sentimento de “baixa autoestima” na base da população, que por muito tempo ficou sujeita ao “voto de cabresto”. Quanto as disputas entre

correntes políticas internas alinhadas a uma ou outra força do governo central, a população não tinha clareza nem grande influência sobre essas decisões, vistas como coisa dos “patrões”.

Com o advento da abertura política (1979), o final do regime militar (1984), e a Nova República entre 1985 e 1990, ocorreu no âmbito da Constituição Federal de 1988 a decisão de transformar o Amapá em Estado da Federação, efetivada em 1º de janeiro de 1991. Nesse período a figura do oficial de marinha Annibal Barcellos foi crucial para estabelecer o atual modelo de Estado, pois foi Governador nomeado de 1979 a 1985, deputado constituinte (quando José Sarney foi Presidente) e primeiro Governador eleito para o exercício de 1991 a 1995. Nesse mandato eletivo foram transferidos vultuosos recursos que garantiram a construção dos equipamentos públicos, e assim estruturou de forma discricionária os poderes previstos pela Constituição, nomeando os membros de sua preferência para os colegiados da Justiça e de controle das Contas.

Essas medidas garantiram que sua gestão ficasse blindada de fiscalização e ameaças políticas mais sérias, fortalecendo o patrimonialismo que consolidou a elite tecnocrática atual as custas do dinheiro público. Estratégia reforçada pela transferência do domicílio eleitoral do ex presidente Jose Sarney, de tradicional família do Maranhão, mas que se tornou Senador pelo Amapá. A esse acordo tácito ou arranjo político foi cunhado o eufemismo de “harmonia entre os poderes”.

Nesse momento histórico, João Alberto Capiberibe que nasceu em 1947 no Afuá, na ilha de Marajó, perseguido político pela ditadura em 1970 e exilado no Chile, Canadá e Moçambique, retorna ao Amapá em 1979 sob a Lei da Anistia. Perseguido pelo último Governador do regime militar, buscou novamente outras opções fora de sua terra. Encontrou espaço para suas atividades em Pernambuco junto a Miguel Arraes do Partido Socialista Brasileiro – PSB, e posteriormente no Acre, retornando definitivamente ao Amapá, onde teve uma experiência exitosa na secretaria de Agricultura (1985 a 1987), criando a Feira do Agricultor Rural.

Após a fundação do PSB no Amapá, um novo ator político entrou em cena na arena local, com propostas modernas de gestão, de participação social, de transparência e ética, de combate a corrupção, entre outros elementos que o diferenciavam dos grupos conservadores dominantes. João Capiberibe iniciou a carreira local quando foi eleito prefeito da Capital, Macapá, exercendo mandato de 1989 a 1992, conquistando vários avanços na gestão, experimentando entre outras novidades, suas propostas de transparência nas contas públicas através de um mural instalado em frente à prefeitura.

Essa referência credenciou o PSB para sua primeira participação no Governo do Estado, numa coligação com o Partido dos Trabalhadores – PT, com o lema “Tudo por nossa terra” com a qual concorreu e venceu a eleição em 1994, e reeleito em 1998. Assim o PSB governou o Amapá de 1995 a 2002, e iniciou o mandato formulando a proposta do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) baseado na Agenda 21, e com o slogan da “Participação e Cidadania”. Seus princípios foram valorizar a produção local, o aproveitamento das vantagens comparativas, a sustentabilidade da economia, nas relações sociais e ambiental, a equidade social, as parcerias na execução de projetos, a desconcentração das atividades na área metropolitana, e a municipalização.

Na prática ocorreu um duro enfrentamento com os tradicionais atores políticos, aqueles legitimados ao final da Ditadura, e tendo como elemento central a disputa pelo orçamento público, além dos interesses em especulação fundiária e das grandes empresas extrativistas. A governabilidade sempre foi dificultada pelo embate com a Assembleia Legislativa - Alap pelo melhor uso do orçamento, que levou a momentos críticos, como nas tentativas de paralisação das condições para execução financeira, e mesmo de seu afastamento sem razão justificada.

Ainda assim o Amapá progrediu positivamente nos indicadores de qualidade de vida em relação aos demais estados do Brasil, com uma das menores taxas de mortalidade infantil, expansão na oferta de vagas para os estudantes e investimentos em qualificação dos professores, merenda escolar regionalizada, policiamento interativo em que a população tinha relação mais humanizada com a segurança pública. Recuperação da capacidade de atendimento na saúde pública, construção do Pronto Atendimento Infantil, política de renda mínima para a população em risco social com o programa Bolsa Família Cidadã. Ainda priorizou recursos para grandes obras estruturantes em rodovias como a rodovia JK, ponte do Igarapé Fortaleza, valorização da cultura e turismo com a construção do Sambódromo e Trapiche Eliezer Levy.

Os avanços da gestão nas políticas públicas baseadas nos princípios da Constituição Federal de 1988 foram notáveis, mas não o suficiente para superar os apelos populistas do governo que sucedeu, de 2003 a 2010. Liderado pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, mas rearticulando todo o conjunto de forças conservadoras locais sob a justificativa da “harmonia entre os poderes”. Contaram com grandes recursos financeiros para promover uma campanha agressiva, que cooptou a maioria do eleitorado em dois pleitos seguidos. Esse novo ciclo teve especial esforço em “desconstruir” ou apagar a imagem positiva deixada pelos legados da gestão PSB, várias obras em andamento ficaram paralisadas de 4 a 6 anos até serem entregues rebatizadas sob nova roupagem.

A cooptação de lideranças dos movimentos sociais, foi ampliada por combinarem recursos do executivo e da Assembleia, junto com a condescendência dos órgãos locais de controle. Os resultados nos indicadores sociais foram extremamente negativos e noticiados pela imprensa nacional, a corrupção se tornou uma rotina para a qual os esforços da Polícia Federal e outros órgãos de controle foram insuficientes, mas a imagem local foi preservada pela colaboração da mídia tradicional. A gestão se encerrou num lamentável episódio quando foi deflagrada a maior operação contra a corrupção num estado da federação, a “Mãos Limpas” e presos o ex-governador Waldez Góes, o governador da época Pedro Paulo Dias, o prefeito de Macapá, Roberto Góes, secretários de Estado e empresários.

Ainda sob o choque dessa realidade, em 2010 a população elegeu novamente o PSB para chefiar o executivo estadual, sob a liderança de Camilo Capiberibe, novamente em coligação com o PT, a Frente Popular, com o mote “Governo da Mudança”. Esse retorno em meio a um enorme endividamento assumiu a missão de “pagar as contas”, elevar a autoestima da população e reorganizar todo o aparelho estatal que havia sido loteado e não permitia uma gestão integrada e com objetivos minimamente definidos. A opção por estabelecer uma política de proximidade com a população através do PPA Participativo deu referências para as prioridades nos investimentos e nas políticas públicas. Mesmo assim sofreu imediatamente uma forte oposição

dos agentes implicados na gestão anterior e que não aceitavam ameaças ao seu modo de apropriar os recursos públicos.

A estratégia de inviabilizar a gestão e atacar a imagem pública do gestor através de setores alinhados com o arranjo da “harmonia” que não aceitavam discutir a divisão do orçamento, ou apoiados pela oposição da assembleia que amealhou o maior quinhão destes recursos foi incessante, principalmente através do uso da imprensa. Ainda assim o período 2011 a 2014 foi o período mais intenso em realizações de interesse público, com a construção de escolas, rodovias, conjuntos habitacionais, fortalecimento de políticas públicas para as camadas mais carentes da população, com programas de renda mínima, e melhoria nas condições das “baixadas”. Os indicadores foram os mais positivos da história recente, com aumento da arrecadação própria, geração de empregos, redução da violência entre outros.

Entretanto isto não foi suficiente para superar a promessa populista e os ataques da mídia, e na eleição de 2014 a “harmonia” voltou a vencer a eleição com o mesmo líder que havia sido preso pela PF em 2010, supostamente redimido e prometendo facilidades para todos setores que sempre lhe apoiaram. Mas o novo ciclo coincidiu com uma grave crise política no cenário nacional, que se refletiu numa profunda crise econômica, e não tiveram capacidade para administrar em condições desfavoráveis transferindo os prejuízos para os mais pobres.

O arranjo das elites locais revelou sua face mais cruel para a sociedade que acreditou em suas promessas, priorizando o aumento do salário dos gestores superiores, e o orçamento dos poderes sem atividade fim e que poderiam “apertar os cintos”. Os escândalos de uso indevido desses recursos pela Assembleia Legislativa continuaram aparecendo, pois tinham que inventar formas criativas e ilegais de se apropriar desses recursos. Enquanto isso, com o Executivo engessado e enredado, o Amapá voltar a se destacar em indicadores negativos de qualidade de vida, na saúde, educação, e num extraordinário aumento da pobreza.

Ocorreu a exclusão em massa de beneficiários dos programas sociais, demissão de milhares de terceirizados, a paralisação dos investimentos garantidos e que movimentavam a economia, provocando fechamento em estabelecimentos comerciais e demissões generalizadas. O conjunto de manchetes negativas sobre a gestão pública estadual confirma esse retrato infeliz, e a cada dia aparecem destaques negativos na mídia nacional, enquanto que o silêncio dos agentes locais não consegue mais desfazer na população a sensação de desesperança.

É nesse contexto histórico que o Partido Socialista Brasileiro do Amapá atendeu ao clamor popular para recuperar a dignidade de vida da população, assim promoveu ampla consulta popular feita pela internet e de forma presencial para confirmar essa indicação. O resultado inequívoco determinou a decisão de lançar a candidatura do Senador João Alberto Capiberibe para o cargo de Governador do Amapá no pleito de 2018, em coligação com o Partido dos Trabalhadores – PT.

A FORMULAÇÃO DO PROGRAMA

O presente Programa de Governo reúne as experiências acumuladas nas gestões bem-sucedidas do PSB, e foi sistematizado por técnicos que sempre tiveram como princípios a gestão responsável, o interesse da população e o desenvolvimento em bases justas e inclusivas.

Sua maior referência são as sugestões da população, colhidas através de atividades promovidas pela Fundação João Mangabeira, as Caravanas 40 “DIALOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - Debates e Ideias: sociedade, economia e natureza”, realizadas em 2017 e 2018. Durante os eventos, além de franquear a palavra aos cidadãos, foi utilizado um formulário distribuído aos presentes para escreverem suas sugestões, com seus resultados sistematizados pela equipe de apoio. Também foram incorporadas as indicações decorrentes de eventos na forma de seminários temáticos, como o “Gênero e Políticas Públicas – Um Olhar Intercultural Sobre o Amapá” em 7 de maio do corrente ano, já o último encontro foi específico para as mulheres, e ocorreu em 3 de agosto do ano em curso na sede do Partido.

Para ampliar as possibilidades de receber sugestões ao Programa de Governo, foi criado um canal direto e acessível via internet, a Consulta Popular, onde o cidadão tem oportunidade para registrar propostas no formulário eletrônico “Propostas para o Amapá 2019-2022” (https://docs.google.com/forms/d/1HuXKu5AqJvszB7umSWQA9w9giQmIQsqxCaf_T51k56Y/edit).

Nesses debates e escutas públicas que ocorreram nos maiores municípios, de norte a sul do Estado, foi produzido um diagnóstico primário, ao qual as referências técnicas científicas se agregaram para consolidar a percepção das necessidades reais. Foram convidados técnicos dos diversos setores dos serviços públicos, que se voluntariaram a produzir os diagnósticos específicos e as correspondentes propostas, dentro da metodologia concebida.

Está estruturado em Princípios Políticos identificados como Compromissos de Governo, e, Eixos Estratégicos, onde se apresentam as Diretrizes do Programa, dando destaque a algumas propostas, para melhor ilustrar as intenções.

PRINCIPIOS E VALORES

O Programa de Governo está estruturado com princípios e valores que vão nortear os compromissos de governo com o propósito de melhorar a vida dos amapaense que mais precisam da administração pública para impulsionar o desenvolvimento de suas vidas como: Democracia, Ética, Transparência, Gestão Compartilhada, Responsabilidade fiscal, Sustentabilidade, Desenvolvimento Regional, Gestão Moderna, Diálogo com a Sociedade, Parceria com a Iniciativa Privada, com Prefeituras, Bancada Federal, Estadual e Vereadores para reconstruir o desenvolvimento do Amapá.

EIXOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

O presente Programa de Governo – eleições 2018 está organizado em seis eixos estratégicos a saber:

- Eixo 1: Gestão Moderna para o Desenvolvimento do Amapá
- Eixo 2: Economia para o Desenvolvimento do Amapá
- Eixo 3: Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia & Inovação para o Desenvolvimento do Amapá
- Eixo 4: Infraestrutura para o Desenvolvimento do Amapá
- Eixo 5: Defesa Social para o Desenvolvimento do Amapá
- Eixo 6: Desenvolvimento Social para o Amapá

Em cada Eixo Estratégico tem uma abordagem do contexto de cada tema com apoio de índices, dados e indicadores de fontes oficiais mostrando a realidade do Estado, em seguida vem as diretrizes e as propostas.

EIXO 1 - GESTÃO MODERNA PARA O DESENVOLVIMENTO

Planejamento, Orçamento e Gestão, Gestão Fiscal e Financeira, Gestão de Pessoas, Controle Social

Nos últimos 4 anos (2015/2018), o Amapá regrediu drasticamente em todos os setores. Os indicadores econômicos e sociais colocam o Estado na rabeira do ranking das unidades federadas. Tal situação decorreu, principalmente, pela ausência de políticas públicas que privilegiassem a geração de emprego e renda, pela diminuição das redes públicas de proteção social às camadas mais pobres da população e também por uma gestão das finanças públicas irresponsável, que chega a ser temerária.

Em que pese o aumento das principais transferências constitucionais (FPE e FUNDEB), o que *a priori* desqualifica a tentativa de imputar à crise econômica nacional a culpa pelo atual cenário, o Amapá foi o único estado da região norte em que o crescimento da receita própria (ICMS, IPVA, IRRF, entre outras), comparada a anos anteriores, foi negativo. Em 2014, o Estado arrecadou em ICMS R\$- 849.722.900,00 contra R\$- 753.132.345,00 arrecadados em 2017, quase 100 milhões de reais a menos.

Se a comparação for feita com outros estados da região norte, fica evidente o retrocesso. Em 2014, o Amapá arrecadou em ICMS 243 milhões de reais a mais que Roraima. Já em 2017, o Amapá foi ultrapassado em mais de 25 milhões de reais. O agravante nesse cenário, é que as estruturas econômicas dos dois Estados são semelhantes e o Amapá tem uma população de quase 300 mil habitantes a mais que Roraima (esses dados foram retirados dos Sites das Secretarias da Fazenda dos Estados do Amapá e Roraima).

Na gestão de pessoas, enquanto aumentava o próprio salário e dos assessores diretos, o atual governador parcelou a remuneração dos servidores, aumentou os contratos administrativos e ampliou os cargos comissionados de livre nomeação. Também efetivou a demissão de milhares de vigilantes ao mesmo tempo em que contratava empresa de vigilância monitorada por câmeras, medida que se mostrou ineficiente e de alto custo. Essas ações contrariam as mais compezinhas práticas de responsabilidade fiscal em momentos de crise.

DIRETRIZ

Resgatar a responsabilidade fiscal e a excelência na gestão pública, com foco na sociedade, na cultura da inovação, na geração de valor, no compromisso com as pessoas, no desenvolvimento de parcerias, na responsabilidade social, no controle social e na gestão participativa.

PROPOSTAS

- Planejamento, Orçamento e Gestão:

- Construir os instrumentos de Planejamento e propostas da LDO de forma participativa, interativa e compatíveis com a realidade econômica do Estado, introduzindo rotinas de planejamento operacional das prioridades;
- Repactuar a distribuição orçamentária entre os poderes considerando a média per capita dos estados brasileiros em vez das séries históricas, tradicionalmente, utilizadas, criando um fundo de investimento para políticas públicas sociais e de infraestrutura com os recursos repactuados.
- Pactuar com a bancada federal a aplicação das suas emendas parlamentares em ações estratégicas priorizadas com a sociedade civil do plano de governo para amplificar os impactos positivos dessas emendas.
- Realizar um processo de Planejamento Estratégico de Governo, vinculado ao PPA e à peça orçamentária, de acordo com as etapas municipais, regionais e assembleias de validação do PPA Participativo 2019-2022 e encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado do Amapá nos prazos legais;
- Modernizar e operacionalizar o sistema de gerenciamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas através de um modelo de gestão baseado na prática de planejamento/monitoramento; e integrar os demais Poderes do Estado ao Sistema de Planejamento e Gestão.
- Criar sistema integrado de acompanhamento físico financeiro dos Poderes juntando SIM, SIPLAG, SICONV;
- Construir Sala do Plano para monitoramento, avaliação e manutenção/atualização situacional do Plano Estratégico.
- Ampliar e melhorar a captação de recursos para prover o desenvolvimento estadual; fortalecer e melhorar a capacidade de elaborar e de executar projetos;
- Normatizar programa para a gestão e controle de investimentos e endividamento;
- Articular o Governo com a Bancada Federal para coordenar as emendas parlamentares segundo as necessidades estratégicas dos planos de Governo.
- Pactuar com as universidades públicas locais e prefeituras municipais um Programa de Fortalecimento Contínuo da Capacidade Gestora Municipal utilizando as experiências exitosas como Fabrica de Projetos, Incubadora de Políticas Públicas, Formação Continuada de Gestores Públicos Municipais, Gestão Pública Compartilhada.

- Gestão Fiscal e Financeira:

- Equilibrar as Contas Públicas e desenvolver uma política tributária modernizada a fim de aumentar a arrecadação estadual e criar mecanismos com instrumentos legais que minimizem a inadimplência de pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Implantar políticas de modernização da administração tributária;
- Estruturação física, de pessoal e tecnológica e o fortalecimento dos programas de educação fiscal.

- Gestão de Pessoas:

- Criar e implementar uma política de pessoas que combine a valorização do servidor com a eficiência e qualidade do serviço prestado, redesenhando a política de cargos e salários e plano de carreiras (de forma isonômica, corrigindo - Revisar e atualizar o estatuto do Servidor Público e leis correlatas eliminando algumas distorções específicas do passado e do presente;
- Criar o Programa Melhor Qualidade de Vida para o Servidor (orientação ergonômica, prevenção de doença, qualidade de alimentação, como lidar com stress, etc.);
- Recadastrar (em cadastro único atualizável) todos os servidores públicos do Estado visando regularizar situações, localizar, melhor adequar às necessidades administrativas do GEA, valorizar o servidor e ativar talentos;
- Corrigir desvio de funções e formar quadro próprio dos órgãos e autarquias por meio de concurso público e realizar cursos de formação admissional;
- Superar as travas para migrar entre instâncias do Governo por meio de Convênios de Colaboração Técnica;
- Gerir o Programa de Estágios para Jovens de acordo com as necessidades do Governo e com ônus para quem recebe os serviços: Normatização, Formação e Monitoramento.
- Desenvolver programas de formação e capacitação permanente dos servidores públicos atendendo as necessidades da política do Governo de modo a qualificar e humanizar o atendimento público em todas as áreas de ação do governo;
- Realizar cursos motivacionais orientados ao aprimoramento da Ação de Governo de acordo com os Eixos e de qualidade do atendimento, demandas específicas como Formação em Segurança Pública, estímulo ao intercâmbio, consultoria organizacional e de controle interno;
- Implementar o Controle e ampliar a política de pós-graduação externa;
- Melhorar a prática de rotinas de avaliação de desempenho;
- Implantar sistemática de acompanhamento de gastos com pessoal;
- Efetuar o pagamento de pessoal, na sua totalidade, no primeiro dia útil do mês subsequente;
- Criar o Portal da transparência da Previdência, implementando possibilidades de aposentadoria complementar, recadastrar os beneficiários da Previdência, garantir o repasse das contribuições do servidor e a contrapartida do Estado, capacitar o servidor em seus direitos e deveres previdenciários, cobrar e receber as dívidas históricas previdenciários dos poderes, regularizar aposentadorias especiais (militares) via complementação pelo tesouro estadual e garantir a aposentadoria do servidor.
- Universalizar os programas da Escola de Administração Pública do Amapá (EAP) voltados para a capacitação e o aprimoramento dos servidores públicos.

– Controle Social

- Fortalecer os mecanismos de controle e da participação social na gestão pública do Estado;
- Garantir o funcionamento dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas, considerando o caráter paritário entre poder público e sociedade civil na composição e garantindo a participação nas tomadas de decisões das prioridades das ações serem executadas, no monitoramento e avaliações dessas prioridades e nas prestações de contas dos órgãos responsáveis.
- Criar mecanismos para consultas e participação direta da sociedade na gestão pública através das tecnologias disponíveis como plataformas digitais, aplicativos para acompanhamento, controle e ouvidoria, conferências – Gestão Compartilhada;
- Garantir a aplicação da legislação federal de controle e acompanhamento social dos gastos públicos como: Leis da Transparência, do Acesso as informações públicas entre outras.

EIXO 2 - ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

Pensar na gestão para viabilizar o desenvolvimento do Amapá, é preciso levar em consideração as vantagens comparativas de seu território, bem como as potencialidades da biodiversidade da floresta, da pesca, da agropecuária, da riqueza mineral e da cultura de seu povo.

Em que pese o grave quadro socioeconômico em que o Amapá se encontra, não há como negar a nossa aptidão para gerar riquezas, emprego e renda dentro do Estado. Nesse sentido, faz-se necessário uma ampla parceria entre o executivo estadual, a iniciativa privada e a sociedade civil, que resulte num plano estratégico de desenvolvimento e na gestão compartilhada do orçamento público. Diante da diversidade de interesses das várias categorias e representações do setor primário, industrial, comercial e de serviços, propõe-se instituir um fórum permanente para discutir e encaminhar estratégias que atendam às singularidades dos diferentes setores produtivos.

A posição estratégica do Amapá oportuniza um grande potencial de desenvolvimento através do modal logístico aeroportuário. Nesse sentido, é fundamental estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Santana para fazer a gestão compartilhada do Porto de Santana, possibilitando investimentos com participação do Município, do Estado e da iniciativa privada. Em outras frentes, faz-se necessário retomar as obras públicas que dinamizam a indústria da construção civil, investindo em infraestrutura viária, na finalização do aeroporto e do terminal de passageiros para atração de transatlânticos potencializando a circulação de produtos e pessoas.

Para viabilizar o desenvolvimento do setor primário, é preciso fazer atualização de marcos regulatórios setoriais, a regularização fundiária e ambiental para a agricultura familiar, a produção animal e o agronegócio, a aquicultura e a pesca, o manejo florestal madeireiro, o extrativismo do açaí e da castanha. É fundamental apoiar e abrir linhas de crédito para empreendimentos agroindustriais e à indústria de madeira e móveis, para agregar valor e criar novos produtos nas cadeias produtivas, gerando oportunidades de trabalho, emprego e renda à população local.

É inegável o potencial do turismo como atividade econômica, sendo necessário investir na formação de capacidades que possam atuar em frentes inovadoras, como energia solar e

eólica. Inclusive, usando royalties da mineração para aproveitamento das áreas protegidas para modalidades de ecoturismo, de aventura e pesquisa. Para tanto, é fundamental fortalecer associações e empresas para recepção de turistas, hotelaria e gastronomia, bem como valorizar a produção cultural, a economia criativa e o artesanato local.

O setor de comércio e serviços merece a atenção proporcional à sua importância na economia amapaense, em que pese a grave crise que atravessa. A Agência de Fomento do Amapá – AFAP será reestruturada e receberá aporte de recursos para que possa fomentar e apoiar micro e pequenas, através da abertura de linhas de crédito que melhore a comercialização. Sendo necessário retomar o programa de economia solidária e microcrédito para empreendedores populares, artesãos e produtores culturais.

DIRETRIZES

- Retomar as obras públicas paralisadas, dinamizando a indústria da construção civil, que é grande geradora de emprego e renda, investindo em infraestrutura produtiva e social que melhorem as condições de urbanidade da população local, ao passo que estruturam as bases para a atração de empreendimentos produtivos. Nesse sentido, serão priorizados investimentos em estradas e mobilidade urbana, água e saneamento, saúde e educação;
- Aperfeiçoar as estruturas especializadas para captação de recursos e atração de investimentos, para articular e apoiar todas as áreas finalísticas da administração estadual e dos municípios. Com isso, busca-se a dinamização dos processos de divulgação, fomento e incentivos relacionados à atração, implantação e acompanhamento de investimentos nacionais e internacionais no Amapá;
- Apoiar o trade turístico receptivo do Amapá de forma a integrar os diversos destinos em roteiros atrativos e competitivos, com a participação da iniciativa privada na viabilização das políticas públicas de atração de turistas para o Estado. Nesse sentido, serão apoiadas ações que fortaleçam as áreas protegidas, a gastronomia, a hotelaria e o turismo de base comunitária, o artesanato, as atividades científicas, artísticas, culturais e religiosas que dinamizem a economia criativa amapaense;
- Fortalecer e promover a agricultura familiar através de acesso ao crédito, da reorganização de políticas de assistência técnica e extensão, com a criação do SUPERFÁCIL RURAL, bem como incentivos à adoção dos princípios da Agroecologia (segurança alimentar, alimentos saudáveis, crédito solidário, proteção dos recursos ambientais), e com a definição de um novo modelo de comercialização de sua produção.
- Apoiar o desenvolvimento do agronegócio local, fomentando o processamento de soja no Estado, para que possa produzir ração e favoreça cadeias produtivas da pecuária, da aquicultura, de frangos, de suínos e com isso gerando trabalho, emprego e renda;
- Incentivar o desenvolvimento da economia da floresta através de concessão florestal empresarial e de base comunitária, madeireiros e não madeireiros. Nesse sentido, serão fomentadas as cadeias de madeira, móveis e artefatos, bem como agroindústrias de açaí, de castanha e biocósméticos;
- Implantação de um Programa de Inclusão Produtiva e de Redes de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social e Solidária por meio do fortalecimento das políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento do trabalho nos pequenos negócios em consonância com a difusão tecnológica, assessoria de gestão, acesso aos mercados e ao crédito.
- Implantação de Polos de Desenvolvimento Local para aproveitar as potencialidades locais dos municípios, com cursos de formação técnica e gerencial, incubação de empresas, crédito a

industrialização, assessoria técnica e estudos de mercado. (Exemplos: Polos de Desenvolvimento da Pesca; da Mineração; dos Serviços Ambientais, do Turismo; do Extrativismo Vegetal)

- Aproveitar o potencial da pesca realizando estudos de estoques de pescado, bem como a gestão e governança da atividade pesqueira na área costeira do estado, a partir da implantação de infraestrutura de polos pesqueiros em Oiapoque, Calçoene e Amapá. Também será apoiada a reativação de aquiculturas já existentes, com fomento a empreendimentos de indústrias de ração e alevinagem;

- Implementar uma Política Estadual de Mineração a partir de taxas e royalties minerais, focando em extensão mineral e ambiental para o ordenamento e fomento da atividade em seus diversos segmentos: garimpos, minerais de construção civil e industrial. Auxiliar tecnicamente os garimpeiros na pesquisa e técnicas de extração e beneficiamento menos danosas ao meio ambiente, bem como fomentar à agregação de valor através do polo joalheiro, e levar políticas de assistência social às comunidades garimpeiras;

- Apoiar a implantação de Parques Tecnológicos no Amapá voltados para as vocações da região, como biotecnologia, agronegócio, energia renovável, logística, construção civil e atração de investimentos de base tecnológica, promovendo a inovação e a competitividade, elementos fundamentais para o desenvolvimento de todas as atividades produtivas;

- Criar o Programa Estadual de Certificação voltado a gerar certificações de origem, de processo, de qualidade, dos produtos amapaenses que agreguem valor e viabilizem também a criação dos Ativos Verdes.

Setor Primário da Economia

O desenvolvimento econômico do setor primário do Estado do Amapá deve ser pensado transversalmente em todas as suas vertentes produtivas, nestas inclusas a agricultura familiar, extrativismo, a aquicultura e pesca, produção animal e agronegócio, focando a análise nas características regionais do Estado e nas principais barreiras a se vencer em cada um destes setores.

A atual situação de descaso com o setor, nitidamente percebida na falta de formulação de propostas para o setor e da execução de programas por parte dos órgãos de assistência técnica e extensão, principais executores de políticas públicas para a agricultura, dão a dimensão do abandono do atual governo ao cidadão do campo, que não investe na produção. É o suporte do estado que não está chegando aos produtores.

A integração do setor produtivo, com a cooperação das suas diversas vertentes é a dinâmica onde este melhor se desenvolve. Simplificar os procedimentos, ampliar o acesso ao crédito, fomentar a produção familiar e ao mesmo tempo incentivar o bom desenvolvimento do agronegócio em um ambiente com regras claras, que possibilitem o cenário propício para o desenvolvimento econômico sem nunca nos esquecer da proteção ao meio ambiente. São os desafios a serem conquistados por políticas públicas modernas.

PROPOSTAS

- Reativar e/ou reposicionar dos escritórios locais dos órgãos executores das políticas para o setor primário, reunindo-os em um espaço integrado, além de conectar o setor através das tecnologias digitais, reduzindo custos e melhorando a eficiência da informação.

- Criar o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos, voltado a adquirir junto aos produtores locais os alimentos que sejam consumidos pelas instituições públicas do estado que contenham serviço de alimentação.
- Incentivar a produção agroecológica e orgânica com a criação de espaços diferenciados para a comercialização desses produtos.
- Desenvolver a logística de escoamento e distribuição da produção através de Centrais de Distribuição e a criação de linha de crédito para a aquisição de veículos próprios dos produtores.

EIXO 3 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO, E MEIO AMBIENTE

CIENCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

A relação entre as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e o desenvolvimento social e econômico de países e regiões é reconhecida como intimamente ligadas. Não há como projetar desenvolvimentos na sociedade sem efetivo compromisso com pesquisas em C, T & I, e em políticas de educação voltadas para esse objetivo.

O Estado do Amapá possui singularidades de ser uma região com natureza mais preservada, de ocupar uma posição geográfica estratégica e de fazer parte de um bioma também estratégico. Entretanto, sem uma política de fortalecimento dos setores de C, T&I e Ambiental, todas essas vantagens perdem sua capacidade de desenvolvimento nos mais variados aspectos do estado e da região como um todo, visto o papel de vanguarda que a partir dos governos do PSB, o Estado do Amapá se configurou na Amazônia e no país.

A causa desse destaque pode ser facilmente vista ao se comparar os investimentos financeiros e políticos deste pequeno estado da federação em relação às instituições vinculadas às políticas de P&D e Educação Superior (SETEC, IEPA, UEAP E FAPEAP).

Dados fornecidos pelo MCTIC, demonstram que após o governo de João Alberto Capiberibe – PSB, o setor teve queda significativa de investimentos em P&D entre 2003 e 2007. Observa-se uma recuperação de recursos, que se deve pelo fato de a partir de 2006 passar a existir mais uma unidade do setor, a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), e a partir de 2009, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP), entretanto a essa tendência de crescimento de recursos aplicados, seguiu-se uma queda de investimentos ao final da gestão em 2010.

O período do governo do PSB, na gestão de Camilo Capiberibe (2011-2014) demonstra um compromisso retomado com o setor. Nesse período, as despesas pagas pelas instituições de C, T&I passou de 38 milhões, que comparado com a gestão que o sucedeu, de 2015 a 2018 (dados obtidos até agosto de 2018) chega apenas a pouco mais de 24 milhões. Ao se analisar as duas instituições com atividades fins, IEPA e UEAP, nas duas gestões fica evidente o perfil de investimentos. No caso do IEPA, o valor pago com despesas na gestão do PSB (2011 a 2014) foi no montante de R\$ 10.603.842,27. A gestão posterior no período de 2015 a 2018 (com dados obtidos até agosto de 2018) efetivou despesas de 6.301.203,80, o que representa uma queda de 40,5%. A UEAP executou as despesas no valor de 18.174.997,48 no governo do PSB (2011 a 2014) e 14.598.478,36 no período de 2015 a 2018 (até agosto desse último ano), que contabiliza uma queda de 19,6%. (Dados obtidos no Portal da Transparência).

DIRETRIZES

- Contribuir para a inserção do conhecimento científico e tecnológico na promoção do crescimento econômico sustentável e a inovação tecnológica, com políticas públicas voltadas a geração de riqueza, empregos e ao aumento da competitividade do setor produtivo, respeitando a diversidade cultural, o meio ambiente e os povos da floresta.

- Consolidar a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) como referência no ensino superior, para que se torne o Centro de referência na Amazônia, no ensino, pesquisa e extensão.

PROPOSTAS

- Fortalecer a Política de Ciência, Tecnologia e inovação no Estado do Amapá com investimentos para recuperação das estruturas institucionais, reestruturação das equipes de trabalho e no apoio às atividades destinadas a P&D.

- Apoiar os projetos de P&D destinados a inovação tecnológica para o desenvolvimento empreendedor a partir das aptidões locais.

- Apoiar os projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento social e em apoio às culturas locais.

- Incentivar as ações em rede de C, T&I com as instituições de outras esferas de governo existentes no estado, bem como com instituições de outros estados e internacionais.

- Apoiar pesquisas e estudos que envolvam recursos renováveis da biodiversidade local, como o açaí, a castanha do Brasil, os fitoterápicos, entre outros.

- Fortalecer a formação acadêmica nas graduações e pós-graduações como estratégia para o desenvolvimento local.

- Implementar o Fundo de CT&I como suporte de recursos destinados às pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos e de inovação no Estado.

- Licenciamento ambiental através da internet de uma forma célere e desmaterializada.

- Fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

- Retomada do Zoneamento Territorial (ZEE e GERCO).

- Monitoramento do desmatamento via satélite.

- Apoio ao ecoturismo em Unidade de Conservação.

- Fomento a ciência e tecnologia aplicada à sustentabilidade (Energia, Recursos Hídricos, Biodiversidade, Pesca e Piscicultura, Saneamento, Habitação Popular, etc.).

- Fortalecimento da Política de Gestão Estadual dos Recursos Hídricos (educação, monitoramento, outorga, criação e/ou fortalecimento dos conselhos: estadual e municipais de Recursos Hídricos, comitês de bacias hidrográficas, etc.).

- Fortalecimento das Política de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico nos Municípios.

- Reestruturação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e construção da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em consonância com o Plano de Governo.

- Construir o Campus Universitário na Rodovia JK para unificar todos os cursos da UEAP;

- Investir em programas de assistência ao estudante;

- Valorizar o quadro de docentes e técnicos por meio de concursos públicos e planos de cargo, carreira e remuneração;

- Investir cada vez mais na infraestrutura da universidade, biblioteca e laboratórios.
- Planejar e Elaborar programas de interiorização do ensino superior da UEAP.
- Elaborar estudos e recursos para oferta da formação continuada de servidores (Mestrado).

MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL

DIRETRIZ

Promover políticas ambientais e de ordenamento territorial voltadas para o desenvolvimento econômico e socioambiental para a população urbana e rural, conciliando a conservação ambiental e a geração de renda.

PROPOSTAS

- Implantar um Sistema moderno de monitoramento ambiental, que envolva o monitoramento do desmatamento; o licenciamento ambiental (visando assim a redução do tempo de tramitação dos processos, com maior transparência, qualidade e isenção das análises); o ordenamento territorial/titulação de terras; o monitoramento dos recursos hídricos e florestais; a avaliação e monitoramento das Unidades de Conservação e, finalmente, o monitoramento da biodiversidade, permitindo assim um melhor acesso às informações;
- Atualizar o nosso Código Ambiental e/ou políticas da área ambiental, assim como criar e implantar as demais legislações/normas da política ambiental do Estado do Amapá, para que tenhamos uma segurança jurídica no Estado;
- Criar e implementar de incentivos positivos ao uso sustentável e de conservação dos recursos da biodiversidade, promovendo também a restauração de ecossistemas provedores de serviços ecossistêmicos essenciais;
- Elaborar a Política Estadual de Turismo Sustentável do Estado do Amapá, objetivando o desenvolvimento de atividades de geração de ocupação e renda com turismo em nossas Unidades de Conservação e comunidades de entorno, como ecoturismo, turismo de base comunitária, agro turismo, pesca esportiva, turismo de aventura, dentre outros.
- Criar o Sistema Estadual de Mudanças Climáticas e Gestão de Serviços Ambientais, consolidação e ampliação de Programas de pagamento por serviços ambientais/bioclimáticos, associados ao manejo florestal e agricultura de baixo carbono, promovendo a recuperação de ecossistemas degradados e a geração de renda para comunidades tradicionalmente defensora da conservação dos recursos naturais do nosso Estado;
- Elaborar os Planos Estaduais de Resíduos Sólidos e de Recursos Hídricos;
- Criar e implementar políticas para a agregação de valor, de forma sustentável, para produtos do meio rural (agronegócio, pecuária, agricultura familiar e extrativista);
- Modernizar o setor ambiental/de ordenamento territorial/de extensão florestal do Estado, com políticas de fortalecimento institucional e do servidor público, assim como a reforma administrativa de nossas instituições (ex: separação do ordenamento territorial e políticas fundiárias do IMAP, passando a um órgão com essa atribuição específica; criação de um banco de dados digital fundiário do Estado, dentre outras);
- Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação estaduais do Amapá, objetivando a criação de oportunidades de geração de renda nas mesmas e nas comunidades de seus entornos;

- Fomentar estudos/pesquisas nas Unidades de Conservação estaduais do Amapá, para valoração dos recursos da sociobiodiversidade, tecnologia e agregação de valor a produtos derivados dos mesmos, reforçando assim sua importância e integração de seus valores ao desenvolvimento sustentável do Estado, fortalecendo a efetivação prática dessas áreas como indutoras do desenvolvimento socioambiental do Estado;
- Executar projetos e ações de geração de renda com foco nas Unidades de Conservação estaduais e suas populações, enfatizando atividades produtivas/extrativistas e/ou serviços sustentáveis (podendo se expandir para futuras parcerias com as federais, municipais e terras indígenas);
- Criar o Centro Gestor de Dados Cartográficos do Estado do Amapá para difusão de conhecimento de nossa realidade local e apoio à gestão e tomada de decisão, com base nos dados da nossa Base Cartográfica Digital e Contínua do Estado do Amapá, para as diferentes áreas do Governo;
- Efetivar o ordenamento territorial e regularização fundiária, iniciando pelas glebas estaduais já arrecadadas e assentamentos estaduais finalizando com a entrega de respectivo título aos assentados;
- Realizar a arrecadação da área dos módulos da Flota para regularização das concessões florestais realizadas na Floresta Estadual do Amapá;
- Realizar a regularização fundiária das Unidades de Conservação estaduais;
- Realizar a regularização fundiária urbana dos bairros sob responsabilidade do Estado.

EIXO 4 - INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

SANEAMENTO BÁSICO

O Saneamento básico é traduzido em um conjunto de medidas que garantem a preservação do meio ambiente através de serviços de fornecimento de água adequada ao consumo humano, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

No Amapá, o Estado mantém sob controle acionário a CAESA – Companhia de Água e Esgoto do Amapá, empresa de economia mista que atua nos 16 municípios do Estado, em regime de autorização precária desses municípios, titulares dos serviços de saneamento básico. Criada através do Decreto Lei nº 490/1969 e constituída em 24 de abril de 1973, a CAESA atua na coordenação, planejamento, execução e exploração dos serviços públicos de saneamento básico de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico no Estado do Amapá.

Segundo o IBGE, o Amapá, com 59% dos domicílios atendidos por rede pública de distribuição de água tratada, está à frente de outros estados da região norte, como Acre (54%), Pará (51,4%) e Rondônia (43,4%). Os dados, de 2016, são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).

Quanto ao serviço de esgoto, os dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), mantido pelo Ministério das Cidades, aponta que, no Amapá, menos de 4 em cada 100 habitantes com acesso aos serviços públicos de esgoto. Os dados são de 2015.

No início de 2015, o Amapá contava com recursos financeiros da ordem de R\$ 35 milhões do PAC 1 e R\$ 232 milhões do PAC 2, ambas as linhas de investimentos sendo suportadas pelo Governo Federal, com tais recursos garantidos por força de contratos de repasses celebrados entre a CAIXA/MC e o Governo do Estado do Amapá. Em municípios com até 50 mil habitantes, a FUNASA promoveu investimentos em sistemas de água tratada, através da CAESA, entre 2011 e 2014, e o Governo Estadual também fez investimentos com recursos captados junto ao BNDES, recursos estes originários de empréstimos via linhas de crédito voltadas ao setor público.

DIRETRIZES

- Articular interlocuções junto ao governo federal, bancada federal e instituições financeiras para construção de cenários favoráveis de investimentos financeiros para atender os serviços públicos de fornecimento de água e esgoto e do desenvolvimento de infraestrutura do Amapá.

PROPOSTAS

- Auxiliar na consolidação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e elaborar e aprovar o Plano Estadual de Saneamento Básico;

- Construir cenários técnicos detalhados, de demandas para água tratada e esgoto sanitário, para horizonte de 25 anos, em Macapá e demais sedes municipais, para referenciar investimentos no desenvolvimento das respectivas infraestruturas;

- Fomentar a cooperação técnica entre o Governo do Estado e municípios, fortalecendo a CAESA, para que esta seja a referência estadual na elaboração de projetos de água e esgoto, em auxílio aos municípios;

- Executar, com especial ênfase, as obras de infraestrutura de água tratada já pactuadas com o Governo Federal, em Macapá, evitando a caducidade dos contratos e ampliando possibilidade de captação de novos investimentos;

- Investir na elaboração, em grau de prioridade, de projetos de esgoto sanitário para Macapá e Santana, permitindo pleitear recursos junto à União Federal, para desenvolver essas infraestruturas;

- Conceber padrão de projetos de abastecimento de água a serem aplicados em comunidades sem acesso ao sistema público de distribuição de energia elétrica;

- Manter a CAESA sob o controle do Governo do Estado, como ativa agente promotora de satisfação social;

- Conceber e propor ações de Parcerias Público-Privadas, onde a CAESA, em consórcio com empresas, buscará alternativas comerciais para investimentos e exploração dos serviços sob sua responsabilidade.

LOGÍSTICA

O Amapá tem conhecidas vantagens comparativas em função da estratégica posição geográfica que ocupa, mas tem dificuldades em transformar essa potencialidade em oportunidades de negócio mais consistentes. Suas estruturas portuária, rodoviária, ferroviária e aérea não foram devidamente aparelhadas e modernizadas, além da falta de integração entre esses modais. Como exemplo o destaque negativo do Amapá, com o pior estado geral das

rodovias em todo o país. Essa é uma afirmação da 21ª Pesquisa Confederação Nacional de Transporte. No total de 488 km da extensão avaliada 96,6% a apresentou algum tipo de deficiência no estado geral e 3,4% (17km) teve classificação ótimo e bom. Ao passo que no Brasil a avaliação geral é de 61,8% das rodovias com problemas.

Falta estabelecer parcerias do Estado com a iniciativa privada, com os municípios para alavancar os investimentos necessários para a logística e dar um norte ao desenvolvimento.

DIRETRIZ

- Transformar as vantagens comparativas do Amapá em oportunidades concretas de negócio, valorizando sua localização geográfica e potencialidades para o desenvolvimento de logísticas que viabilizem a integração regional e o escoamento de produtos, tanto para importação como exportação.
- Efetivar junto ao governo federal, bancada federal e instituições financeiras, alternativas para captação dos recursos necessários para investimentos no transporte modal, na logística de integração, expansão das malhas rodoviárias estaduais e federal e para os portos de Santana, Oiapoque, Calçoene, Macapá e terminais de carga e passageiros.

PROPOSTAS

- Buscar apoio financeiros e parcerias para pavimentação da rodovia federal BR 156 - Trecho Norte, e conclusão dos projetos para a Construção da BR 156 Trecho Sul;
- Buscar apoio financeiro e parcerias para a construção da BR 210, e retomada da construção da ponte sobre o Rio Jari, garantindo a integração terrestre dos estados do Amapá e do Pará – região sul do Estado;
- Pavimentação das rodovias estaduais atendendo os municípios de Laranjal e Oiapoque, Macapá e Cutias, entre outras;
- Restauração e duplicação das rodovias JK e Duca Serra e a Rodovia Norte Sul;
- Unir esforço para arregimentar investimento para a logística portuária de Santana, Macapá, Oiapoque e Calçoene todos voltados para embarque e desembarque da produção.

ENERGIA ELÉTRICA

Em 2015 o Sistema Elétrico do Amapá, então sistema isolado, foi interligado ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Essa interligação proporcionaria estabilidade da energia elétrica, evitando racionamento de energia e aumentando a qualidade da energia entregue para o consumidor, tendo em vista que, a energia gerada e/ou consumida no Estado, está sincronizada (ligada) com a energia gerada e/ou consumida na maior parte do país, tendo assim as mesmas características e padrões.

No entanto, não foi exatamente o que aconteceu, pois com o impasse da Transferência dos Ativos da Transmissão da Eletronorte para a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, e o desinteresse político nos últimos anos, várias das obras necessárias para a transformação da energia disponível no Sistema Interligado Nacional, para o nível acessível ao consumidor final (a população), não aconteceram por falta de investimento. As faltas de energia elétrica continuaram assolando a população deste Estado, algumas localidades continuaram sem a energia proveniente do sistema elétrico nacional.

Portanto, é urgente a necessidade investimento na infraestrutura de energia elétrica no Estado do Amapá, em especial, investimento em equipamentos transformação de energia, que aproveitarão a energia do Sistema Interligado Nacional – SIN, no qual é despachado o volume de energia gerada no Estado, pelas usinas hidrelétricas.

DIRETRIZES

- Investir em Políticas Públicas voltadas para a viabilidade em geração de energia elétrica, em especial, a energia solar, para atender as demandas das comunidades isoladas (indígenas, ribeirinhas, quilombos e assentamentos), proporcionando melhoria na qualidade de vida da população e na economia local.
- Investir em Linha de Transmissão de Energia Elétrica para o Município de Oiapoque, diante da precária situação do suprimento de energia elétrica no município, do potencial crescimento da industrial pesqueira e outros segmentos da economia deste município, e, ainda, diante do expressivo quantitativo de energia produzida neste Estado, não é razoável aceitar ausência de solução definitiva para problema de energia elétrica.

PROPOSTAS

- Elaborar estudos de viabilidade da construção da linha de Transmissão para o município do Oiapoque, através da sub-rogação da CCC, objeto do Decreto Presidencial nº 7.246, de 28 de julho de 2010, alterado pelo Decreto nº 9.047, de 2017;
- Elaborar de políticas públicas voltadas para Geração de Energia Solar nas Comunidades Isoladas do Estado do Amapá (população indígena, ribeirinha, assentamento e quilombolas);
- Elaborar políticas públicas voltadas para de incentivos ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia elétrica, em especial, para explorar o potencial eólico e solar do Estado do Amapá;
- Elaborar políticas públicas voltadas para o incentivo à instalação de empresas do segmento de geração de energia solar e eólica, bem como incentivos para instalação de empresas de fabricação e montagem de equipamentos necessários para estes empreendimentos;
- Fortalecer da Companhia de Eletricidade do Amapá como agente de desenvolvimento energético do Estado do Amapá;
- Investir no sistema elétrico do Estado do Amapá, em especial, ao sistema de transformação de energia, para propiciar o fornecimento de energia de qualidade para a população (Eliminando o Risco de Racionamento);
- Investir na infraestrutura de distribuição de energia elétrica do Estado do Amapá, para proporcionar aumento na qualidade de energia entregue à população.

HABITAÇÃO

O Amapá apresenta um quadro alarmante de pessoas que vivem em casa sem saneamento básico, em pesquisa realizada pelo IBGE, o Estado ficou em último lugar, a pesquisa mostra que 108 mil pessoas moram em áreas alagadas, sem acesso a esgotamento sanitário, água tratada, e energia elétrica. A pesquisa mostra a realidade de 52% das casas têm a cesso à rede de água, a média brasileira é de 85,4%, porém no quesito a rede de esgoto apenas 48,1% dos domicílios estão ligados ao sistema.

DIRETRIZ

- Priorizar a população de menor renda e de áreas alagadas a alternativas diversificadas de acesso à moradia que viabilizem o financiamento pelo Sistema de Financiamento Habitacional (SFH) para famílias que requerem uma condição especial, com subsídios.

PROPOSTAS

- Buscar investimentos financeiros para a construção do Conjunto Residencial Santa Ana em Santana.
- Buscar parcerias de financiamento para construir o Conjunto Residencial Miracema com em quatro etapas – na Rodovia Norte Sul (Minha Casa Minha Vida 500 unidades, cada etapa)
- Retomada dos Conjuntos PAC Congos para conclusão das unidades habitacionais.
- Retomada da obra do Conjunto PAC Aturiá – Vila das Oliveiras para conclusão das unidades habitacionais.
- Microcrédito para reformas e melhoria habitacional de servidores públicos pela AFAP.

SETORES DO ESTADO

DIRETRIZ

- Priorizar políticas urbanas para oferecer serviços públicos de qualidade com infraestrutura voltada para impulsionar a economia, a saúde, a mobilidade, a educação, a cultura e o lazer.

PROPOSTAS

- Buscar investimentos para a construção de um novo centro administrativo, mais moderno e confortável;
- Implantar projeto de urbanização e paisagismo junto ao muro do Aturiá prolongando a Avenida Beira Rio até a Avenida Equatorial e Marco Zero do Equador;
- Ampliar o Programa Morar Melhor – manutenção e construção de passarelas nas áreas de ressaca devidamente degradadas;
- Transformar o Macapá Hotel em Centro Cultural;
- Construir a Orla de Santana;
- Construção do Campus Universitário da UEAP – obra licitada em 2014, porém permanece sem execução.
- Conclusão do Hospital da Criança e do Adolescente – Investimento de 10 milhões de reais, recurso do BNDS – com 1 milhão de reais (70% de execução). Hoje 9 milhões concluiria a obra.
- Revitalizar o Corredor Turístico de Macapá para melhor receber o turismo.
- Investir na construção de praças e reformas dos equipamentos esportivos.

EIXO 5 - DEFESA SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

SEGURANÇA PÚBLICA E PRISIONAL

No Estado do Amapá a insegurança assola a vida da sociedade amapaense, não importando a classe social ou localização em que se encontre. A segurança necessária para a realização das atividades cotidianas, sem sentir o temor e medo, não existe mais. Reforçando o sentimento que aflige o amapaense, o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta o Estado do Amapá como um dos Estados mais violentos do Brasil, colocando-o entre os que tiveram elevado aumento em número de homicídios.

O Amapá passou então, de 2014 a 2016, da preocupante taxa de 34,1 para a alarmante taxa de 48,7 homicídios para cada grupo de 100.000 habitantes. A taxa aceitável gira em torno 6,2. O dado é ratificado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, que coloca já em 2017 a capital do Amapá como a 45ª cidade mais violenta do mundo, e a 16ª mais violenta do Brasil. O estudo mostra ainda a nossa capital, figurando entre as cidades com menor índice de solução de homicídio.

Mais de 90% dos crimes ficam impunes! Esses índices que apontam insegurança vivida pelo cidadão amapaense acabam encontrando seus motivos quando se observa que mesmo tendo uma população estimada pelo IBGE, em quase 800 mil habitantes, o Estado do Amapá não possui uma política de segurança pública que acompanhe o crescimento populacional. As ações contra os surgimentos de crimes antes não existente no Amapá, como: a atuação do crime organizado; o crescimento assustador de assaltos a ônibus; ou, as constantes invasões às residências; ocorrências com reféns e outros crimes violentos, evidenciam o caráter exclusivamente reativo das forças de segurança pública.

Na atualidade o que se tem é um cenário em que o aparelho de segurança pública encontra-se sucateado, tanto estruturalmente, com prédios abandonados, ou em precário estado de conservação; quanto administrativamente ou operacionalmente, com a inexistência ou a falta material para investigar; além da falta de combustível para viatura. Adiciona-se ainda à situação, nos órgãos que compõem o sistema de segurança pública o processo acentuado de redução de seus efetivos e má gestão destes, refletindo-se, na prática, em pouco emprego de policiais militares, civis e bombeiros, nos centros urbanos, em defesa do cidadão.

O contexto vivido pelo cidadão amapaense é o de terra arrasada, onde a cada ano diminui o investimento da segurança pública. Os efetivos policiais além de atuarem em déficit, os que estão na atividade de rua já atuam no seu limite operacional, levando somente a ações de caráter imediatista, reativo ou repressivo, não existindo qualquer ação de natureza preventiva.

DIRETRIZ

- Defender a pessoa humana, com valorização e respeito à vida e a cidadania, prevenir a criminalidade e combater a violência.

PROPOSTAS

- Modernizar e reaparelhar a Polícia Civil;

- Reativar e criar novos CIOSP (Centro Integrado de Operações de Segurança Pública) nos grandes centros urbanos;

- Reestruturar todo o parque tecnológico do CIODES para oferecer um sistema atendimento de ocorrências eficiente;
- Reativar e Aumentar o número de Unidades de Policiamento Comunitário em todo o Estado do Amapá;
- Criar o Pelotão de Operações Fluviais, para a defesa do cidadão ribeirinho;
- Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros;
- Fortalecer todo o Sistema de Defesa Civil do Estado;
- Aquisição da Viatura Escada Magirus para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado, em função da recente e crescente verticalização predial da capital;
- Ampliar as ações da Ouvidoria Geral da Segurança Pública;
- Aumentar o número de policiais na atividade fim, reduzindo o uso excessivo de policiais empregados em atividades alheias à segurança pública;
- Estimular a integração operacional com as Guardas Civis Municipais;
- Fortalecer as ações de combate à corrupção pública;
- Promover e efetivar as ações de combate ao tráfico de drogas;
- Implantar o Sistema de Vídeo Monitoramento nos grandes Centros Urbanos do Estado do Amapá;
- Reaparelhamento da Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Diante da crescente violência na sociedade amapaense e fragilidade do Estado frente à prevenção e combate ao crime, o sistema prisional apresenta a seguinte situação: a população carcerária é rotativa (ou seja, todos os dias saem e entram presos), o número de presos em todos os estabelecimentos prisionais do Amapá já passa de 3 mil pessoas, e esse número é o dobro de vagas disponíveis, que é de 1.526 vagas; o número de presos condenados é no IAPEN é três vezes maior em relação aos presos provisórios (que aguardam julgamento). Entre homens e mulheres, há 1.245 presos no regime fechado, 926 no regime semiaberto, 798 no regime provisório; do total de presos no IAPEN, entre homens e mulheres, 1.611 estão na faixa etária entre 18 e 29 anos. 1.209 compõem a faixa etária entre 30 e 40 anos e 146 na faixa etária acima de 46 anos;

O grau de instrução predominante entre os internos do IAPEN é o ensino fundamental completo e incompleto (1.828 presos), seguida está o ensino médio completo e incompleto (870 presos). A maioria dos internos e internas do IAPEN é formada por pessoas negras e pardas, no total de 2.429 apenados, contra apenas 208 apenados da cor branca. A maioria da população carcerária do Amapá é formada por homens jovens, pardos negros, solteiros, que possuem no máximo o ensino fundamental.

O Partido Socialista Brasileiro PSB visualiza a política penitenciária como um fator crucial para a redução dos índices de criminalidade, pois, atuar na raiz do crime reflete em diferentes ângulos positivos que visam à redução do cometimento de crimes, assim como promove alternativas que tendam a ressocialização do criminoso apenado.

DIRETRIZ

- Promover a reabilitação da população criminalizada com ações voltadas ao tratamento penal e especial atenção `saúde, educação, geração de renda e socialização por meio da cultura e esporte.

PROPOSTAS

- Melhoria na estrutura física do sistema penitenciário;
- Estruturar e equipar fisicamente os centros de ressocialização dentro do sistema prisional;
- Promover políticas de monitoramento integrado com as forças policiais aos apenados egressos;
- Promover capacitação de servidores aptos a atuar com foco na formulação de projetos que visem a ressocialização;
- Investir em equipamentos individuais de segurança e coletiva para servidores.

EIXO 6 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA O AMAPÁ

EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE E LAZER E DIREITOS HUMANOS

Diante do desmonte das políticas públicas que apresentam elevada fragilidade de vida da população amapaense, o desenvolvimento social será prioridade na gestão do governo do Partido Socialista Brasileiro. Uma vez que indicadores mostram a precariedade das condições de vida que a população vem enfrentando nos últimos anos como, o aumento do desemprego, que segundo o IBGE tem índice de 21,5%, o pior do país. Em 2017 o IBGE revela que a pobreza no Estado do Amapá cresceu nos últimos três anos, o estudo diz que 33 mil crianças estão em situação de extrema pobreza. Que o número de pessoas na faixa da pobreza dobrou no período de um ano, passando de 6,54% para 13,42% da população. Ou seja, são centenas de amapaenses sobrevivendo com menos de R\$ 5,50 por dia, equivalente a uma renda mensal de R\$ 387,07 em valores de 2016. Outro indicativo da baixa qualidade de vida dos amapaenses está nos índices de educação e renda, que puxam queda do desenvolvimento humano em 2015 registraram elevação no número de analfabetos em todas as faixas etárias, além de apresentarem queda na renda per capita do cidadão de R\$ 630,72 para R\$ 523,22 em 2015. Esses dois indicadores, renda e educação, contribuíram para a baixa no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que voltou a cair no estado após quatro anos, ficando em 0,719 em 15.

Muitas pessoas no Amapá vivem em casa sem saneamento básico, em pesquisa realizada pelo IBGE, o estado ficou em último lugar sobre moradia a qualidade de moradias, a pesquisa mostra que 108 mil pessoas moram em áreas alagadas, sem acesso a esgotamento sanitário, água tratada, e energia elétrica. A pesquisa mostra a realidade de 52% das casas têm a cesso à rede de água, a média brasileira é de 85,4%, porém no quesito a rede de esgoto apenas 48,1% dos domicílios estão ligados ao sistema ou tem fossa séptica, ou seja, moram nesta condição ofertada pela pobreza. Mas a precariedade dos serviços públicos não para por aqui, o Amapá apresenta a 4ª maior taxa de mortalidade materna do país 82,7% mortes de mulheres a cada 100 mil nascimentos, mortes que na maioria dos casos poderiam ser evitados. A mortalidade neonatal está acima da média nacional com 9,5% e o estado teve 12% de bebês com menos de 28 dias de nascimento, segundo o Ministério da Saúde.

Esta realidade evidencia o atraso na qualidade de vida da população amapaense, aliada a uma base econômica que expressa baixa produtividade e a postura do Estado de “quanto pior é melhor” de não promover bens e serviços que somente este pode oferecer, como: saúde,

educação, assistência social, moradia, cultura, mobilidade e lazer fica difícil da população ter acesso aos bens mínimos essenciais e ter desenvolvimento com qualidade de vida.

É nesse contexto histórico que o Partido Socialista Brasileiro do Amapá vai atender ao clamor popular e recuperar a dignidade e esperança de vida da população com a decisão política de fazer uma gestão compartilhada com a sociedade para melhoria de qualidade de vida da população, com equidade e diminuição das diferenças sociais com participação e organização popular, por meio das seguintes políticas sociais:

EDUCAÇÃO

Educação é o único instrumento importante no desenvolvimento das pessoas e de uma nação. É um direito humano fundamental que ajuda não apenas um país a se desenvolver, mas também cada pessoa que a ela tem acesso. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de ser obter um emprego, é por meio dela que garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

No amapá, o número de analfabetos e atrasados em anos correspondentes a educação subiu em todas as faixas levantadas pelo IDHM, que utiliza informações da pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale ressaltar que em 2016, cerca de 163 mil pessoas de 25 anos ou mais de idade (ou 41,4% da população adulta) tinham concluído no máximo o Ensino Fundamental. Além disso, pouco mais de 68 mil (ou 17,3% dessa população) haviam concluído o ensino superior. Conforme dados do IBGE, 34,7% das pessoas de 25 anos ou mais de idade, sequer haviam concluído o Ensino Fundamental. Outros 54% tinham pelo menos o ensino médio completo.

A taxa de analfabetismo no Amapá foi de 5% em 2016 (o que correspondia a 26,9 mil analfabetos). Em média, a população do Amapá tinha 8,9 anos de estudo. As pessoas brancas mostraram-se mais escolarizadas (9,9 anos) em relação às pretas ou pardas (8,6 anos). Cerca de 6,3 mil crianças com até 3 anos de idade (ou 11,2% desse grupo etário) frequentavam creche. Já entre as crianças de 4 e 5 anos, a taxa de escolarização era de 73,4%, ou seja, 24,3 mil estudantes. Para as pessoas de 6 a 14 anos a taxa de escolarização chegou a 98%, e para as pessoas de 15 a 17 anos, 89,8%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 37% estavam frequentando escola e 22,9% cursavam o ensino superior. A frequência de estudantes à rede pública predominava na educação básica: 74% na educação infantil, 91% no ensino fundamental e 90,7% no médio.

Já no ensino superior de graduação, 70,4% dos estudantes frequentavam a rede privada. Em 2016, a educação profissional era realizada por 3,3 mil estudantes de graduação tecnológica, 11 mil em cursos técnico de nível médio e 322 pessoas estavam frequentando algum curso de qualificação profissional. Hoje temos um cenário precário da realidade da Educação no Estado, as escolas sucateadas, com grande carência de professores, principalmente os de disciplinas exatas e técnica, sem equipamentos, sem carteiras, falta ou pouca qualidade na alimentação escolar, entre outros itens básicos para o funcionamento das escolas. Enfim, o quadro mostra uma desestruturação que abala a base da educação, sem condições mínimas de aprendizado eficaz e eficiente.

Existem problemas que precisavam de ação e intervenção imediata, toma-se como exemplo, a demanda de alunos para o Ensino Fundamental, maior do que a rede de escolas estaduais pode receber. Para fazer garantir o acesso à escola, direito inalienável do ser humano, devem ser construídas e ampliadas escolas em todo o Estado; comprar mobília para acomodar

alunos e professores na sala de aula; realizar concursos para contratação imediata de professores e especialistas em educação; programas de apoio aos alunos do Ensino Médio e EJA; programas de formação continuada, onde professores podem especializar-se em diferentes áreas de ensino, comprar novas tecnologias que possibilitem alunos e professores a aprender e ensinar de forma prazerosa, e, cuidar da saúde do professor.

Desta forma é possível perceber que os desafios para retomar o crescimento e, disponibilizar uma educação de qualidade no Estado, serão gigantescos e exigirão uma governança competente e comprometida com o desenvolvimento da região e com o desenvolvimento humano, ciente de que só com um ensino inclusivo e solidário pode romper as barreiras da pobreza, da miséria e da violência, nas suas mais diversas dimensões e faces.

DIRETRIZES:

- Oferecer a sociedade amapaense, em conformidade com o Plano Estadual de Educação as políticas educacionais estruturantes do processo de ensino e aprendizagem, a partir de programa de apoio aos docentes; programa de apoio aos alunos e programa de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem para a Educação Básica e Ensino Superior.
- Fortalecer a gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das instituições escolares em todos os níveis de ensino e com a gestão compartilhada no controle social das escolas.

PROPOSTAS

- Programa estruturante do Processo de ensino e aprendizagem

- Revisitação do Plano Estadual de Educação para implementar estratégias e ações, visando o alcance de suas metas.
- Apresentar à sociedade, em até 6 meses, um Plano Estadual de Reforma, ampliação e construção de Escolas e Centros Educacionais;
- Ampliar e fortalecer o processo – convivência de gestão democrática, em todas as escolas da rede estadual;
- Retomar o Programa professor/a/escola conectado.
- Revitalização dos LIED's com disponibilidade de links de internet de qualidade e com lousas eletrônica nas escolas urbanas e ampliar nas áreas rurais;
- Promover Concurso público para professores/as de disciplinas e especialistas em educação;
- Implementação dos Centros de Apoio Pedagógico as pessoas com deficiência (CAP, CAS, CAAHs, CEESP) como possibilidade de fortalecer a educação inclusiva.

- Programa de apoio aos docentes

- Formação continuada itinerante para e com os/as professores/as e gestores/as – coordenadores/as pedagógicos nos municípios;
- Incentivo financeiro à docência no campo;
- Prêmio às escolas a partir da elevação do IDEB;
- Oferecer serviços especializados para a saúde do/a professor/a;
- Realizar cursos de especialização para professores/as.

- Assegurar que a reformulação da Lei 0949 referente ao Plano de carreira, cargos e salário dos/as servidores/as da Educação no Amapá ocorra a partir de um amplo diálogo e debate democrático com a categoria.

- Programa de apoio aos/as alunos/as

- Implantar um Programa de Saúde nas Escolas, oferecendo serviços de testes de (visão, audição), testes psicológicos, consultas com pediatras, programas de saúde odontológica;

- Aluno/a Conectado/a;

- Expansão do Projeto A caminho da Universidade (na modalidade EAD), para todos os municípios.

- Programa de melhoria da qualidade do Ensino e da aprendizagem

- Efetivar Programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, com a implementação de políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural.

- Efetivar ações educativas para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade, bem como massificar políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva de educação centrada na vida, não-sexista, não-racista e não-LGBTI fóbica.

- Estimular a criação de um centro multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, integrados por profissionais das áreas da pedagogia, psicologia e demais áreas do conhecimento, para apoiar o trabalho dos profissionais da educação básica;

- Ampliar o acesso à Educação de Tempo Integral, assegurando escolas com infraestruturas necessárias, no maior número de escolas com oferta de reforço educacional, grupos de estudos, biblioteca, sala ou laboratório de tecnologia, espaço para esporte, artes cênicas e plásticas, música, ensino profissionalizante.

SAÚDE

No sistema de saúde do Amapá, especificamente quando se trata dos Serviços de Média Complexidade podemos afirmar que são prestados por equipamentos estaduais e complementados pelo setor privado contratado/conveniado ao SUS, onde prevalece o modelo tradicional de especialidades, existindo verdadeiros vazios assistenciais em algumas regiões e grande estrangulamento em outras, principalmente na capital.

O Estado do Amapá apresenta um dos mais baixos índices de leitos do Brasil com 1,22 Leitos SUS habilitados/1000 Habitantes (em 2018), sendo que o índice preconizado pela OMS é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. Estes estão distribuídos na rede hospitalar que possui 07 estabelecimentos de média e alta complexidade, 09 unidades mistas e 1 estabelecimento contratualizado, que não atendem as suas demandas de forma resolutiva, adequada e otimizada.

Portanto, faz-se necessária a ampliação da capacidade atualmente instalada objetivando atender satisfatoriamente a população diminuindo as constantes filas de espera para internação e a alocação de pacientes em macas e bancos nos corredores das unidades hospitalares do Estado.

Outro aspecto importante a ser observado é a rápida mudança sócio demográfica, que se reflete no envelhecimento e aumento da sobrevivência da população idosa, tendo como consequência uma maior prevalência de Doenças Crônicas não Transmissíveis – DCNT's, que são um dos maiores problemas de saúde pública da atualidade, exigindo por parte do poder público, a adequação dos estabelecimentos de saúde a esta mudança do perfil demográfico e epidemiológico, qualificando a rede e aprimorando seus instrumentos de gestão.

A estratégia fundamental para mudança deste modelo se dará com a efetivação de redes de atenção à saúde, capazes de responder às condições agudas e crônicas existentes no Estado, estruturando, ampliando e valorizando as unidades assistenciais da rede pública, tornando-a capaz de compatibilizar a oferta e procura pelos serviços de maneira eficaz.

DIRETRIZES

- Melhorar a assistência à saúde por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, integrando e reforçando a atuação dos serviços das administrações municipais e do Estado, estimulando o controle social por meio do Conselho Estadual de Saúde, pelo Portal de Transparência e pela Gestão Compartilhada.
- Captar recursos financeiros através de emendas parlamentares e órgãos de fomento, garantindo a qualidade do atendimento à população, com a reestruturação física das unidades assistenciais do Estado e a modernização do parque de equipamentos.

PROPOSTAS

REORGANIZAÇÃO DO SUS

- Ampliação do atendimento hospitalar, com a criação de uma nova unidade de urgência e emergência e uma unidade de referência em traumatologia e ortopedia.
- Retomada de todas as obras paralisadas objetivando equacionar o déficit de leitos existentes. Em Especial ao Hospital da Criança e o Maternidade da Zona Norte;
- Habilitar os serviços junto ao Ministério da Saúde, como forma de garantir o justo ressarcimento dos valores em acordo com os procedimentos realizados.
- Implantar o Projeto Estratégico “REBECA PENAFORT”, de assistência humanizada a família da criança internada no Hospital da Criança.
- Manter a rede pública abastecida de medicamento para que não haja desabastecimento e interrupção no tratamento, o que pode afetar a qualidade de vida dos usuários.

APOIO DIAGNOSTICO

- Melhorar a gestão da rede de laboratórios das Unidades Hospitalares, interligando-as e otimizando os serviços prestados;
- Modernizar os laboratórios das Unidades de Urgência e Emergência do Estado e nas Unidades Hospitalares e Mistas do Interior para ter melhor resolutividade;
- Implantação do Centro de Diagnóstico Complementar no complexo hospitalar do HCAL, aumentando a capacidade instalada, assim como, a oferta dos serviços de diagnóstico por imagem;
- Estruturar adequadamente o manejo de situações agudas de urgência para diagnosticar e tratar de forma humanizada e ágil os usuários do SUS por meio de Tratamento Fora de Domicílio – TFD;

GESTÃO E REGULAÇÃO DO SISTEMA SUS/AP

- Sistema on-line (SISREG), criado para o gerenciamento de todo Complexo Regulatório no âmbito do Estado e dos municípios, abrangendo da rede básica à internação hospitalar, visa a humanização dos serviços, maior controle do fluxo e otimização na utilização dos recursos.

VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA SAÚDE

- Promover ampla discussão, revisão e aplicação do plano de cargos e carreiras do Servidor da Saúde (PCCS).

- Implementar instâncias colegiadas de gestão para a horizontalização e democratização dos processos decisórios e do trabalho em equipe.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Descentralizar as ações executivas dos serviços de vigilância em Saúde para os Municípios por meio de pactuação junto a Comissão Intergestora Bipartite - CIB;

- Apoiar a ampliação dos serviços ofertados pela Vigilância Laboratorial com a estruturação do Núcleo de Diagnóstico em Vigilância Ambiental.

ASSISTENCIA SOCIAL

Diante do processo de desmonte e redução de direitos, há um aumento das pessoas que necessitam dos serviços da assistência social. Nesse contexto cabe aos Estados um papel estratégico na coordenação e planejamento da política de Assistência social e do Sistema Único de Assistência Social com o objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, por meio de apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Nesse sentido há uma necessidade constante de reorganização da assistência social como política pública pautada nos direitos do qual são destinatários todos os que necessitam dos serviços dessa política pública.

DIRETRIZES

- Consolidar e aprimorar a gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Estado do Amapá, por meio da destinação de recursos financeiros aos municípios e entidades de assistência social, e garantia de apoio técnico, formação continuada, capacitação, monitoramento e avaliação das ações em todo o Estado;

- Prevenção e redução situações de risco social e pessoal protegendo pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade considerando a multidimensionalidade da pobreza;

- Fortalecer a gestão do trabalho por meio de uma Política de Recursos Humanos com formação e capacitação continuada e recusa as formas de precarização da inserção dos trabalhadores na Política de Assistência Social e na alocação da força de trabalho;

- Fortalecer as instâncias de controle social enquanto espaços políticos de negociação de interesses sociais.

PROPOSTAS:

1 - Combate à Pobreza Extrema por Meio de Programas de Transferência de Renda

- Aprimorar o processo de gestão do programa Bolsa Família do Governo Federal por meio da coordenação intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades,

capacitação e apoio técnico aos municípios, execução dos recursos financeiros e fortalecimento do controle e da participação social.

- Reestruturar em todos os níveis do Programa Renda Para Viver Melhor possibilitando além de renda mínima a participação das famílias em processos de formação profissional, oficinas de cidadania, inclusão produtiva, projetos culturais e de lazer.

CULTURA

A política pública de cultura no Amapá também tem um impacto negativo no desenvolvimento e bem-estar da população amapaense, tendo em vista a redução dos serviços e bens culturais materiais e imateriais neste período. Essa desvalorização fica evidente quando se observa a redução do quadro de pessoal e do orçamento destinado a Secretaria Estadual de Cultura – Secult.

Considerando que quanto mais amplo o repertório de experiências com linguagens artísticas e práticas culturais diversas e plenamente acessíveis, maiores as perspectivas de qualidade de vida e as possibilidades de interação social dos indivíduos e coletivos, a partir do reconhecimento de suas identidades e diferenças. Reconhecendo a importância estratégica da cultura para a transformação da sociedade na perspectiva democrática, em busca de maior desenvolvimento humano e social, o cenário pretendido para o Amapá traduz-se na garantia de que a população tenha oportunidade e condição de exercer plenamente os direitos culturais, de ter acesso às fontes da cultura amapaense e de participar do desenvolvimento cultural das comunidades, bem como das decisões da política cultural.

DIRETRIZ

- Preservar e valorizar as tradições, crenças, práticas, símbolos, e identidades transmitidos e recriados de geração em geração.
- Valorizar e apoiar a criação artísticas: música, as artes visuais, as artes cênicas e a literatura.

PROPOSTAS

- Criar o Sistema Estadual de Museus do Estado, promovendo a comunicação entre museu, memória, patrimônio cultural e sociedade como uma forma concreta de colaborar na transformação social de cada ser humano;
- Retornar com o espetáculo do Carnaval realizados pelas escolas de samba sambódromo;
- Apoiar a quadra junina do Amapá;
- Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial em todo o Estado;
- Apoio as festas tradicionais de Matriz Africana (Encontro dos Tambores, Semana da Consciência Negra etc., Ciclo de Marabaixo, Sairé, Zimba, Batuque e Capoeira);
- Retomar o projeto de Revitalização da Fortaleza São José de Macapá e da construção de mausoléu em Mazagão Velho dos primeiros mazaganistas;
- Criar o sistema estadual de bibliotecas públicas, implementando bibliotecas itinerantes;
- Criar projetos de salas de cinemas, a preços populares, com matriz digital nos bairros de periferia, com garantias da exibição da produção audiovisual brasileira;

- Valorização do patrimônio histórico e cultural com a estruturação do corredor/circuito, Fortaleza de São José de Macapá, Museu da Base Aérea do Amapá, Museu Sacaca, Parque Zoobotânico, Serra do Navio, Sítios Arqueológicos;
- Criar Corredores Turísticos Culturais nos diversos pontos do Estado como: praia do Goiabal; faixa de fronteira festas religiosas de Mazagão.
- Transformar o Sambódromo em Polo de Oficinas de Artesanato, gerando renda e realizando a capacitação para as comunidades;
- Investir na realização da Bienal de Artes Regionais;
- Investir na transformação dos 70 Sítios Arqueológicos cadastrados em roteiros turísticos;
- Investir no Festival Transfronteiriço de Artes e Cultura em Oiapoque;
- Resgatar e valorizar os Jogos Indígenas;
- Investir nos festivais de dança, teatro e música literatura e nas artes visuais.

ESPORTE E LAZER

A atual política pública de esporte e lazer do Estado é incipiente, poucos atletas e equipes conseguem desenvolver satisfatoriamente suas potencialidades, num estado que já foi “celeiro de craques”. No momento o programa de maior destaque é a regulamentação da Lei 1.139 de novembro de 2017, que é o bolsa atleta. As principais entidades de administração do esporte amador, que são parceiros do Estado na realização de eventos esportivos e sociais, não tem apoio para suas ações. Os equipamentos esportivos públicos se encontram degradados, o que inviabiliza a realização de competição esportivas em larga escala.

DIRETRIZ

- Fortalecer as principais manifestações do segmento esportivo educacional, de participação e rendimento do Amapá.

PROPOSTAS

- Realizar parcerias com apoio financeiro as entidades de gestão de esporte amador;
- Otimizar as estruturas de quadras, piscinas e ginásio para incentivar a pratica esportiva;
- Implementar a capacitação dos profissionais nos segmentos esportivos: educacional, participação e rendimento;
- Capitar recursos federais para reforma e modernização das estruturas esportivas existentes e de novos centros esportivos;
- Propor a criação da Lei de Incentivo Fiscal para o esporte;
- Implantar o quadro próprio de pessoal da Secretaria Estadual de Esporte e Lazer.

EIXO - DIREITOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, POPULAÇÃO LGBT, PESSOA IDOSA, PESSOA COM DEFICIENCIA, JUVENTUDE, MULHERES

DIREITOS HUMANOS – ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

No Estado do Amapá, a conjuntura do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, vinculada à implementação da Lei nº:12594/2012- SINASE, vem costumeiramente sendo veiculada nas mídias sociais em função da precariedade do atendimento voltada a essa população. Em função da superlotação dos espaços com capacidade para atender 40 socioeducandos, o CESEIM estava atendendo 100. Este excedente foi um dos aspectos de fragilidade das intervenções técnicas institucionais, uma vez que os recursos humanos e financeiros tornam-se incompatíveis para o atendimento preceituado pelo SINASE, impedindo maior eficácia no atendimento aos socioeducandos.

Ao longo de 10 anos (2007-2017) o Estado do Amapá vem tentando implementar o SINASE a partir de investimentos em projetos de cunho profissionalizante, mas em virtude da diminuição de investimentos do governo federal, esse aspecto está sendo prejudicado.

DIRETRIZ:

Mobilizar os jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa, por meio da Socioeducação, novos posicionamentos a partir da articulação de programas, serviços e ações sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes.

PROPOSTAS:

- Elaborar e implantar um sistema de gestão e práticas socioeducativas e de profissionalização em articulação com o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo, que se traduzam em uma diminuição das reincidências dos adolescentes que cumpriram alguma medida socioeducativa;
- Envolver a família e a comunidade de origem no processo de reintegração do socioeducando à sociedade para garantir resultados eficientes eficazes na execução da medida socioeducativa.

DIREITOS HUMANOS - POPULAÇÃO LGBT

Pautado no princípio da garantia de direito e de justiça social não será aceito nenhuma prática social e institucional que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Assim sendo, o Estado irá assumir a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenha foco a população LGBT a consolidação da orientação sexual e identidade de gênero para romper com a lógica injusta e garantir a população LGBT a promoção da cidadania com respeito a diversidade.

DIRETRIZ

- Ampliar as ações do Estado, a partir de políticas públicas que consolidem a perspectiva da plena cidadania e promovam a igualdade e o respeito a diversidade humana no Estado do Amapá.

PROPOSTAS

- Implantar a Política Estadual de enfrentamento à LGBT fobia.

- Promover a formação em direitos humanos e enfrentamento da discriminação sexual, da LGBT fobia e do machismo, para profissionais da área de segurança pública, da saúde e da educação.
- Fortalecer o Conselho Estadual de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Enquanto plataforma de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada para fazer o controle social das políticas públicas e serem executadas no Estado para a população LGBTT

DIREITOS HUMANOS – POVOS INDIGENAS

A relação com os povos indígenas será baseada no respeito e no reconhecimento de sua cultura e tradição. No Amapá habitam os povos indígenas Waiãpi localizados na térrea oeste do Estado; os povos indígenas do baixo rio Oiapoque, os Galibi Marworno, Palikur, Karipunas e Galibi do Oiapoque; e no Complexo do Tumucumaque os Tiriyó e Kaxuyana, Aparai e Wayana. No governo do PSB a relação com esses povos será de aproximar as culturas e desenvolver a autonomia e promover a justiça social e ambiental para esses povos que tanto enriquece a diversidade cultural do Amapá.

DIRETRIZ

- Estabelecer canais de diálogos com as representações dos povos indígenas para juntos buscarem resolução das múltiplas necessidades e intervenção para a melhoria da qualidade de vida da população indígenas.

PROPOSTA:

- Apoiar projetos que visem a melhoria da qualidade dos serviços de assistência prestados aos índios na educação, infraestrutura, comunicação, logística de transporte, saúde, infraestrutura e atividades produtivas.

DIREITOS HUMANOS - PESSOA IDOSA

Com relação a pessoa idosa a violência está presente em seu cotidiano, visto que em 2017 foram registradas 253 ocorrências, em 2018 foram registrados 113 nos três primeiros meses, esses atos foram denunciados pelo Setorial da Pessoa Idosa do Conselho Popular de Macapá, que apontou o abandono, a violência e o uso indevido de cartões de salário e dinheiros por parte dos filhos e netos. Aliado a isso, a discriminação e maus tratos que são considerados crimes pelo Estatuto do Idoso, além do abandono familiar e da exploração pela própria família os registros são subnotificados por se tratar de atos infracionais cometidos pelos familiares, sendo que muitas vítimas acabam não registrando queixas. A Defensoria Pulica do Amapá registrou de 2015 a 2016 cerca de 2.597 audiências administrativas, orientações jurídicas e retornos, tendo como principal demanda o abandono, maus tratos e a violência física.

As medidas protetivas para o idoso no Amapá perderam a referência com a paralização do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos, em decorrência de não ter local para funcionamento e condições de trabalho, isso é um indicativo que mostra o descaso do poder público em não assegurar a cidadania a pessoa idosa e o controle social. Outra situação, diz respeito as ações públicas que atuam de forma isoladas, prestando um serviço de péssima qualidade ao idoso principalmente no atendimento à saúde.

Para o Partido Socialista Brasileiro a velhice é uma etapa natural da vida, e mais que isso, envelhecer é um direito do ser humano e a sua proteção um direito social. É um direito que não há como impedir, pois, é um procedimento que todos estão suscetíveis a passar, a menos que seja impedido pela morte. Diante disso se propõe a realizar ações voltadas para a pessoa idosa em Rede de Atenção com Serviços integrados para melhor atender esse segmento.

DIRETRIZES

- Implantar a Rede de Atenção à Pessoa Idosa, com articulação entre os órgãos do poder público que prestam ações e serviços para melhor atender o segmento.
- Reestabelecer o funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos – órgão de caráter público e permanente, paritário, deliberativo e fiscalizador das políticas e das ações voltadas para a pessoa idosa- controle social.

PROPOSTAS

- Garantir ações de enfrentamento a violência, a discriminação e o preconceito contra a pessoa idosa.
- Criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa com indicação de fontes de receitas e convênios para financiar ações culturais (música, artes, cênicas e plásticas e literatura) sociais destinada a pessoa idosa.
- O retorno do Programa de Combate à cegueira e a catarata.

DIREITOS HUMANOS - PESSOA COM DEFICIENCIA

Um dos principais desafios do governo do PSB é dar visibilidade às pessoas com deficiências, encontrar formas justas e eficientes de inserir essa parcela da população nas atividades que contribuam no seu pleno desenvolvimento. A falta de informações sobre as ações voltada para esse segmento é um entrave, e cabe ao poder público mudar essa realidade.

DIRETRIZ

- Garantir os direitos de acessibilidade aos equipamentos culturais e manifestações artísticas, à tecnologia, bens e serviços, educação, transporte, esporte entre outros.

PROPOSTA:

- Fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência com condições de funcionalidade de realizar o controle social.
- Garantir a formação de gestores, técnicos pedagógicos e professores na área da educação especial a fim de favorecer o desenvolvimento da pessoa com deficiência.
- Garantir cursos de formação continuada em Libras e Braille aos profissionais de saúde ou em face de admissão a cargo público.
- Garantir o acesso das pessoas com deficiência, a programas de bolsa de iniciação científica, bolsa universitária, bolsa de estágio.

DIREITOS HUMANOS - MULHERES

Os movimentos organizados de mulheres no Brasil, durante décadas vêm enfrentando grandes desafios políticos, econômicos e sociais e têm hoje nos Direitos Humanos o seu maior desafio e ao mesmo tempo, faz deles a sua bandeira das lutas feministas, em especial das mulheres negras, pobres e sem e/ou com pouca escolarização.

Visto que as questões de gênero, de etnia e de classe, ao longo da história, têm se mostrado um entrave quando se trata de minimizar as diferenças sociais entre mulheres e homens, o movimento feminista vem arregimentando mulheres de todas as gerações com suas propostas de combate à violência de gênero. Sendo que esta violência é entendida como: qualquer ação ou comportamento que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, moral, patrimonial e psicológico, praticado só porque a vítima é mulher. (S.N.M-PSB, pag-62).

No Amapá a violência contra a mulher é expressiva, no ano de 2017 foram registradas 3.530 ocorrências da Delegacia Especializada Contra a Mulher, outro dado importante é que 80% dos crimes o responsável pela violência é o próprio parceiro da vítima. Outro dado também importante contatado durante as escutas populares em todo Estado é que muitas mulheres dependem dos programas sociais, por estarem na linha da extrema pobreza, e que muitas delas foram excluídas do programa de renda em consequência dos desmontes das políticas públicas do Amapá, o que dificulta ainda mais a sua sobrevivência.

DIRETRIZ

- Inserir as mulheres no desenvolvimento do Estado, por meio de educação, saúde, das atividades econômicas, das cadeias produtivas, cultura, empreendedorismo, segurança pública, agricultura, pesca, produção científica, na construção civil, todas associadas as novas tecnologias, podendo gerar sua própria renda, fomentando a economia local.
- Garantir a todas as mulheres amapaenses o direito de viver livre da real ameaça do feminicídio, de ter direito de estudar e trabalhar, gerar sua renda e dela poder prover-se e habitar com dignidade, sem ameaça, sem violência, em paz com alegria e felicidade.

PROPOSTAS

- Apoiar e valorizar a prática, o fazer e o saber das parteiras tradicionais como patrimônio da humanidade;
- Apoiar as iniciativas da navegação segura para evitar acidentes navais onde as mulheres e as crianças são as maiores vítimas do escalpelamento;
- Investir na capacitação profissional das mulheres na construção civil, encanação hidráulica, assentamento de cerâmica, pintura, manuseio de máquinas pesadas;
- Investir na capacitação de mulheres para a profissionalização em corte costura industrial;
- Investir na capacitação de mulheres indígenas na coleta dos produtos da floresta para a produção de medicamentos tradicionais.
- Investir na capacitação das mulheres do campo e das florestas no manejo das riquezas minerais, na importância do uso e exploração consciente dessas áreas florestais.
- Apoiar a construção de creches nos municípios para as crianças de 0 a 3 anos atendendo as mulheres que precisam trabalhar e deixar seus pequenos filhos em um lugar seguro;
- Investir nas iniciativas das artesãs/os amapaenses visando o desenvolvimento do turismo local e internacional, garantindo espaço permanente para comercialização do artesanato amapaense;
- Apoiar as iniciativas de prevenção do combate e enfrentamento as violências de gênero;

- Ampliar e aprimorar a rede de apoio à mulher vítima da violência, de acordo com a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006);
- Melhorar as condições de estrutura das Delegacias Especializadas em crime Contra a Mulher;
- Melhorar os serviços de acolhimento das mulheres vítimas de violência.

DIREITOS HUMANOS – JUVENTUDE

Os Dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência realizado pela UNESCO em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam de que são os jovens de 15 a 29 anos, negros, morador das periferias e das áreas metropolitanas dos grandes centros urbanos, as maiores vítimas da violência. O mesmo estudo também revela que as ocorrências de 2015 registradas em 26 das 27 unidades da federação, a taxa de homicídio é maior entre as mulheres negras nesta faixa etária do que entre as mulheres brancas, assim como é também maior entre os homens negros em relação aos homens brancos.

O Atlas da Violência 2017 mostra que, em 2015, 31.264 das pessoas assassinadas eram jovens entre 15 a 29 anos, onde 71% eram negros e pardos e 92% do sexo masculino. O Atlas mostra também que, também entre 2005 a 2015, a taxa de homicídios de mulheres branca caiu 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22% no mesmo período. A pesquisa considerou seis indicadores de vulnerabilidade juvenil (mortalidade por homicídio, mortalidade por acidente de trânsito, frequência escolar e situação de emprego, níveis de pobreza e de desigualdade e a comparação de homicídios de negros e branco) os pesquisadores classificam os 12 estados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência, onde o Amapá ficou em quinto lugar.

O Atlas de Violência de 2018 revela o agravamento em 2016 em boa parte do país: os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas. No país, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Esse número representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Se, em 2015, pequena redução fora registrada em relação a 2014 (-3,6%), em 2016 voltamos a ter crescimento do número de jovens mortos violentamente. Houve aumento na quantidade de jovens assassinados, em 2016, em vinte UFs, com destaque para Acre com 89,4% e em seguida pelo Amapá com 39,7%.

Estudos realizado pelo IBGE 2013 aponta o Amapá como um dos estados da Região Norte menos favoráveis à educação e trabalho da juventude, ou seja 27,8% não estudam na faixa de 15 a 29 anos e 35% dos jovens 18 a 24 anos não ingressaram na faculdade, não estavam no mercado de trabalho e representam 73% dos encarcerados do Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN) são abaixo de 29 anos.

DIRETRIZES

- Priorizar a juventude de 15 a 29 no desenvolvimento de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, mobilidade, trabalho, geração de renda e oportunidade iguais para mulheres e homens.
- Investir em estratégias de prevenção da evasão escolar e de recuperação de jovens que abandonam a escola, e em ações de acompanhamento de jovens egressos do sistema de medidas socioeducativas.
- Investir em valores voltados para uma cultura de paz, ética de convivência, ou seja, "cultivando vida e desarmando violências" pelo resgate da dignidade, da autoestima e do direito à

participação dos jovens, e a necessária formação de uma massa crítica, com responsabilidade social e canais de representação dos jovens, como também nos espaços de lazer, esporte, arte, cultura e educação para a cidadania.

PROPOSTAS:

- Aprimorar o Programa onda Jovem; Crédito para Juventude; Estágios e Iniciação Científica; o Programa a Caminho da Universidade; Internet e Banda Larga nas Escolas Públicas; fortalecimento do Passe Social estudantil; as Praças Digitais; e ações para primeiro emprego.
- Criar ações de resistência e prevenção às drogas envolvendo a comunidade, a família a polícia comunitária e a juventude em todas as escolas públicas.
- Mobilizar a juventude em situação de vulnerabilidades para inclusão de ações educativa e de cidadania.
- Criar o Conselho estadual da Juventude como espaço de Diálogos entre a sociedade, o governo e a juventude amapaense para propor ações e fazer o controle social dos investimentos do poder público para a juventude; o Centro Olímpico do Amapá, Pontos de Cultura da Juventude, incentivar o esporte nos bairros e as Praças para a Juventude.

DIREITOS HUMANOS – QUILOMBOLAS

O Amapá é rico em diversidade cultural, social e étnico. De acordo com os indicadores sociais os negros (pretos e pardos) são a maioria da população. Na atual conjuntura vivem em uma brutal desigualdade social em desfavorecimento os homens e mulheres negras (os) e índios (as) em relação as pessoas brancas. As comunidades quilombolas são grupos étnicos reconhecidos, com trajetória histórica própria, relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida e marcada pelo racismo e pela negação da sua diferença cultural, estão em todos o Estado, são 42 quilombos reconhecidos e 4 titulados.

No Amapá existem 138 comunidades negras, localizadas em 8 municípios, sendo 47 certificadas junto a Fundação Palmares e outras 4 tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sendo o quilombo do Curiaú, os mais conhecidos.

DIRETRIZES

- Preservar e respeitar as manifestações culturais e as diferentes formas de criar, fazer e viver dos quilombolas.
- Garantir o direito à terra e aos territórios e ao uso sustentável dos recursos naturais com responsabilidade ambiental.
- Promover políticas públicas de igualdade racial, para combate as diferenças e buscar a liberdade, justiça, inclusão social e igualdade de oportunidades.

PROPOSTAS

- Criar mecanismos que possibilite o combate eficaz a violência letal contra jovens negros e negras, praticada por agentes de segurança pública;
- Garantir Editais (Estadual) públicos com recorte étnico-racial e de gênero (cotas);

- Apoiar as festas tradicionais afrodescendentes (ciclo do Marabaixo, encontro dos tambores, etc.) das comunidades quilombolas e urbana;
- Garantir a regularização fundiária (reconhecimento e titulação definitiva) das terras quilombolas;
- Garantir políticas de habitação (PNHR) para as terras quilombolas;
- Garantir a implantação e implementação da reserva de vagas (quilombolas/indígenas) para os diversos cursos da Universidade Estadual do Amapá – UEAP, e garantia da permanência de acadêmicos/acadêmicas até a conclusão do curso;
- Garantir as séries finais do ensino fundamental e ensino médio para escolas de comunidades quilombolas ainda não contemplados
- Capacitar mulheres negras e quilombolas visando a geração de renda
- Capacitar de jovens quilombolas para o empreendedorismo nas suas comunidades e, assim, manter a juventude no seu local de origem longe da vulnerabilidade social;
- Apoio ao desenvolvimento local produtivo.

Nossos agradecimentos a todos que colaboraram nessa construção coletiva e à Equipe de Elaboração do Programa de Governo



Organizadores:

Ely da Silva Almeida e Carlos Henrique Schmidt